

QUESTÕES

1 - De acordo com a Constituição Federal, a Defensoria Pública está contida dentro do Capítulo que trata das Funções Essenciais à Justiça. A Defensoria Pública se enquadra:

- A)** Na Seção do Ministério Público, fazendo parte deste.
- B)** Na Seção da Advocacia Pública, fazendo parte desta.
- C)** Na Seção da Advocacia Privada, fazendo parte desta.
- D)** Nenhuma das alternativas acima.

2 - Dentre as definições sobre a Defensoria Pública, aponte qual delas está exatamente como dita à Constituição Federal.

- A)** A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.
- B)** A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.
- C)** A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.
- D)** A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa,

em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

3 - Pela análise da Constituição Federal, atualmente pode-se dizer que:

- A)** Compete privativamente à Defensoria Pública propor ao Poder Legislativo respectivo, a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos serviços auxiliares da Defensoria Pública, bem como a fixação do subsídio dos Defensores Públicos.
- B)** Compete privativamente ao Poder Executivo propor ao Poder Legislativo respectivo, a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos serviços auxiliares da Defensoria Pública, bem como a fixação do subsídio dos Defensores Públicos.
- C)** Compete privativamente à Defensoria Pública propor ao Poder Executivo respectivo, a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos serviços auxiliares da Defensoria Pública, bem como a fixação do subsídio dos Defensores Públicos.
- D)** Compete privativamente ao Poder Judiciário propor ao Poder Legislativo respectivo, a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos serviços auxiliares da Defensoria Pública, bem como a fixação do subsídio dos Defensores Públicos.

4 - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, exceto:

- A)** A soberania.
- B)** A cidadania.
- C)** A dignidade da pessoa humana.
- D)** O bipartidarismo político.

5 - De acordo com a Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, nos seguintes casos, previstos na Constituição Federal, salvo:

- A)** A de dois cargos de professor, mesmo que de entidade particular.

B) A de um cargo de professor com outro técnico ou científico.

C) A de dois cargos privativos de médico.

D) A de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

6 - Os atos administrativos que resultam da conjugação de vontade de órgãos diferentes são chamados de:

A) Compostos.

B) Complexos.

C) Simples.

D) Bilaterais.

7 - A autoridade que remove servidor para localidade remota, com o propósito de puni-lo:

A) Incorre em desvio de finalidade.

B) Utiliza-se do poder hierárquico.

C) Age dentro de suas atribuições.

D) Pratica ato disciplinar.

8 - O administrador público que determina a interdição de um estabelecimento comercial, por desrespeito à licença concedida, o faz exercendo o poder:

A) De governo.

B) Disciplinar.

C) De polícia.

D) De gestão.

9 - Segundo o Código Civil, são relativamente incapazes de exercer os atos da vida civil, exceto:

A) Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

B) Os pródigos.

C) Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

D) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

10 - Segundo o Código Civil, são pessoas jurídicas de direito privado, exceto:

A) As associações.

B) As sociedades.

C) As autarquias.

D) As organizações religiosas.

11 - Marque a assertiva correta.

A) O incapaz não responde pelos prejuízos que causar se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

B) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado mesmo se provada culpa da vítima ou força maior.

C) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pagado daquele por quem pagou, mesmo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.

D) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

12 - Marque a alternativa correta, segundo o Código Civil.

A) A obrigação de prestar alimentos não se transmite aos herdeiros do devedor.

B) A pessoa obrigada a suprir alimentos poderá pensionar o alimentando, ou dar-lhe hospedagem e sustento, sem prejuízo do dever de prestar o necessário à sua educação, quando menor.

C) Pode o credor renunciar o direito a alimentos, sendo o respectivo crédito insuscetível de cessão, compensação ou penhora.

D) O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros e não pode ser extensivo aos descendentes.

13 - Marque a assertiva incorreta, com base no Código de Processo Civil.

A) Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade.

B) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência de relação jurídica.

C) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da autenticidade ou falsidade de documento.

D) Não é admissível a ação declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

14 - Marque a opção incorreta, segundo o Código de Processo Civil.

A) Toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo.

B) O município será representado em juízo, ativo e passivamente, somente pelo prefeito.

C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios serão representados em juízo, ativos e passivamente, por seus procuradores.

D) O condomínio será representado em juízo, ativo e passivamente, pelo administrador ou pelo síndico.

15 - Marque a assertiva incorreta, segundo o Código de Processo Civil. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

A) Entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.

B) Entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir.

C) Ocorrer afinidade de questões por um ponto comum apenas de direito.

D) Os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito.

16 - Segundo o Código de Processo Civil, qual das afirmativas é incorreta?

A) Citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender.

B) A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, desde que ordenada por juiz competente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.

C) A interrupção da prescrição pela citação retroagirá à data da propositura da ação.

D) Para a validade do processo é indispensável a citação inicial do réu.

17 - Quanto ao crime de calúnia, a procedência da exceção da verdade é causa:

A) de exclusão de ilicitude, pois, caso o fato imputado seja verdadeiro, a conduta não se caracterizará como antijurídica.

B) de extinção de punibilidade, já que, se verídico o fato imputado, não será necessário aplicar a pena.

C) de exclusão de culpabilidade, uma vez que, verdadeiro o fato imputado, a conduta não será considerada reprovável.

D) de exclusão de crime, porque sendo o fato imputado verdadeiro, não haverá crime, já que nunca houve a falsidade da imputação.

18 - No tocante ao período de suspensão do prazo prescricional, conforme entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, este é:

A) sempre o mínimo previsto de três anos.

B) regulado pelo máximo da pena cominada.

C) sempre o máximo previsto de vinte anos.

D) regulado pela pena aplicada.

19 - Constitui crime previsto na Lei de Drogas:

A) oferecer droga a pessoa de seu relacionamento, sendo que em caráter habitual e ainda que sem objetivo de lucro, para juntos consumirem.

B) fornecer maquinário, aparelho, instrumento ou qualquer outro objeto destinado à fabricação, elaboração, produção ou transformação de drogas, desde que onerosamente, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar.

C) consentir que outrem se utilize de local de que tem a propriedade para o tráfico ilícito de drogas, uma vez que o faça onerosamente.

D) prescrever ou ministrar, culposamente, drogas, sem que delas necessite o paciente, ou fazê-lo em doses excessivas ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

20 - Marque a opção correta, com base na Lei n.º 11.343/06.

A) os crimes previstos no art. 33 desta lei são suscetíveis de liberdade provisória, conforme recente orientação do Supremo Tribunal Federal.

B) em qualquer fase da persecução criminal referente aos crimes previstos nesta lei, é permitida, em razão da urgência e por isso independentemente de autorização judicial, a infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes.

C) o perito que subscrever o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, em razão da prisão em flagrante, ficará impedido de participar da elaboração do laudo final.

D) o pedido de restituição de bem apreendido em razão da prática de crime previsto nesta lei será conhecido independentemente do comparecimento pessoal do acusado.

21 - Uma mulher, prestes a dar à luz, chorava na ante-sala de cirurgia da maternidade, quando uma enfermeira, apiedada com a situação, perguntou o motivo do choro. A mulher respondeu-lhe que a gravidez era indesejada e que tinha sido abandonada pela família. Após o parto, com o auxílio da enfermeira, sob a influência do estado puerperal, a mulher matou o próprio filho. As duas sufocaram o neonato com almofadas e foram detidas em flagrante. Nessa situação:

A) a mãe deverá ser autuada pelo crime de infanticídio e a enfermeira pelo crime de homicídio, já que o estado puerperal é circunstância pessoal e não se comunica a todos os agentes.

B) a mãe deverá ser autuada pelo crime de infanticídio e a enfermeira pelo crime de homicídio, uma vez que o estado puerperal é circunstância personalíssima e não se comunica a todos os agentes.

C) as duas deverão ser autuadas pelo crime de infanticídio; a mãe na qualidade de autora e a enfermeira na qualidade de partícipe, conforme prescreve a teoria monista da ação.

D) a mãe e a enfermeira deverão ser autuadas pelo crime de infanticídio; a primeira na qualidade de autora e a segunda na qualidade de coautora, uma vez que o estado puerperal consiste em uma elementar normativa e se estende a todos os agentes.

22 - Considerando o Código de Processo Penal, o interrogatório do réu pelo sistema de videoconferência pode ser realizado, por decisão fundamentada:

A) de ofício ou a requerimento das partes, por questões de economia processual.

B) somente com requerimento do Ministério Público, para prevenir risco à segurança pública, quando exista prova cabal de que o preso integre organização criminosa.

C) a requerimento das partes, para impedir a influência do réu no ânimo da vítima, ainda que seja possível colher o depoimento desta por videoconferência.

D) de ofício, para responder à gravíssima questão de ordem pública.

23 - Em se tratando de prisão, medidas cautelares e liberdade provisória, de acordo com a redação expressa no Código de Processo Penal, qual a alternativa correta?

A) as medidas cautelares relativas à prisão deverão ser aplicadas observando-se a necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais.

B) no caso do não cumprimento de qualquer das obrigações impostas, o magistrado, apenas a requerimento do Ministério Público, poderá substituir a medida.

C) as medidas cautelares não podem ser aplicadas cumulativamente.

D) as medidas cautelares relativas à prisão deverão ser aplicadas, observando-se a adequação da medida às circunstâncias do ocorrido, mas não à gravidade do crime ou às condições pessoais do indiciado ou acusado.

24 - De acordo com o Código de Processo Penal, falando de prisão em flagrante:

A) qualquer do povo deverá prender quem quer que seja encontrado em situação de flagrante delito.

B) em até vinte e quatro horas após a realização da prisão será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.

C) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicadas imediatamente ao juiz competente, à família do preso ou à pessoa por ele indicada e, em até vinte e quatro horas, ao Ministério Público.

D) a falta de testemunhas presenciais da infração não permitirá o auto de prisão em flagrante.

25 - Em relação à Lei n.º 8.078/90, analise as afirmações abaixo.

I. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

II. A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo.

III. É facultado a qualquer consumidor o ajuizamento de ação civil pública para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie o disposto no Código de Defesa do Consumidor ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.

IV. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de ameaça ou constrangimento.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) II e IV.
- B) III e IV.
- C) II e III.
- D) I e IV.

26 – Considere a narrativa: A adolescente Adriana Guanabara, estudante do 5º ano do ensino fundamental, foi presa em razão de suposta prática de ato infracional equiparado ao crime de roubo. A mãe de Adriana, com o objetivo de auxiliar na instrução processual e na defesa de sua filha, solicitou à escola onde ela estuda a declaração de matrícula escolar. Dessa forma, o diretor da escola tomou conhecimento da apreensão e, como já desejava expulsar a aluna, acabou divulgando aos outros estudantes da escola, sem autorização, que Adriana estava respondendo pela prática de ato infracional, utilizando-a como mau exemplo. O diretor, em tese:

- A) praticou crime de difamação previsto no ECA.
- B) praticou infração administrativa prevista no ECA.
- C) não praticou crime nenhum, tampouco infração administrativa prevista no ECA.
- D) praticou o crime de quebra de sigilo previsto no ECA.

27 - De acordo com a Lei Federal n.º 7.347/1985, o inquérito civil público:

I. poderá ser instaurado por qualquer dos legitimados ativos, sendo obrigatória a sua condução pelo Ministério Público.

II. pode ser utilizado por quaisquer dos legitimados ativos, desde que inexistentes provas consistentes para ingresso imediato com a ação civil pública.

III. é obrigatório quando se tratar de ação por violação a qualquer direito envolvendo etnias hipossuficientes.

IV. é facultativo e de titularidade exclusiva do Ministério Público.

Está corrente em:

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) II e IV.
- D) apenas III.

28 – Qual a alternativa incorreta?

A) A Lei Complementar Estadual n.º 183/2010 reza que os membros da Defensoria Pública Estadual são inamovíveis, salvo se apenados com remoção compulsória.

B) A remoção compulsória somente será aplicada com prévio parecer do governador do estado, assegurada ampla defesa em processo administrativo disciplinar.

C) A Lei Complementar Federal n.º 80/94 reza que o defensor tem a prerrogativa de ser ouvido como testemunha, em qualquer processo ou procedimento, em dia, hora e local previamente ajustado com a autoridade competente.

D) Os membros da Defensoria Pública do Estado de Sergipe são passíveis da sanção disciplinar de suspensão por até 90 (noventa) dias.

29 - São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública do Estado, dentre outras que a lei local estabelecer, salvo:

A) Receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-lhes em dobro todos os prazos.

B) Comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando estes se acharem presos ou detidos, exceto se estiverem incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais, prisionais e de internação coletiva, independentemente de prévio agendamento.

C) Ser ouvido como testemunha, em qualquer processo ou procedimento, em dia, hora e local previamente ajustado com a autoridade competente.

D) Deixar de patrocinar ação, quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente



aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público-Geral, com as razões de seu proceder.

30 - Marque a alternativa errada.

A) O presidente da entidade de classe de maior representatividade dos membros da DPE terá assento e voto nas reuniões do Conselho Superior.

B) O Corregedor é membro nato do Conselho Superior.

C) O Conselho Superior é presidido pelo Defensor Público-Geral do Estado, que, além do voto comum, terá voto de qualidade em caso de empate na votação, exceto em matéria disciplinar.

D) Compete ao Conselho Superior decidir acerca da destituição do Corregedor-Geral, por voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos seus membros, assegurada ampla defesa.